

Os caminhos de uma “Revolução”: o movimento de 1930 na Paraíba

Arthur Silveira Guimarães

Aluno da Graduação de Ciências Sociais da UFPB
(arthur.treze@hotmail.com)

O movimento de 1930 ainda gera polêmicas em relação a sua representatividade no desenvolvimento do país. O debate sobre a significação desse levante incide em sua importância na ruptura ou continuidade dos espaços políticos, sociais e econômicos brasileiro. Assim, até que ponto esse movimento representou uma Revolução para o Brasil é o foco desse debate.

O início do século XX é marcado pelo predomínio das oligarquias no cenário político brasileiro, esse período fica conhecido por “República Velha”. O Brasil apresenta logo após o fim do império, uma sociedade pouco articulada e vinculada ao Estado através de fortes laços pessoais e por uma estrutura profundamente atrelada a favores. Assim, as práticas que movem as relações sociais no país, do início do século passado, são as trocas de favores entre os que ocupam maior posição social e aqueles que ocupam os menores segmentos na sociedade brasileira. Essa relação clientelista, de troca de favores, arraigada na sociedade e no Estado, dura de 1889 a 1930. E é sustentada pela “Política dos Governadores”, que consistia numa complexa relação de hierarquia, num sistema articulado entre presidência da República, os governos dos Estados e as lideranças locais, representadas na figura dos coronéis.

As oligarquias mineira e paulista representavam à proa desse sistema político, a relação entre esses grupos fica conhecida por “Política do Café com Leite”. Nesse sistema havia revezamento dos principais cargos federais, por representantes dessas oligarquias, que por apresentarem maior poder econômico (já que a exportação do café paulista representava o grande motor da economia brasileira) e eleitoral, se impunha frente aos outros Estados da União. Inclusive esta alcunha poderia ser “café com voto”, este que era a maior contribuição que Minas Gerais oferecia ao pacto político, sendo este Estado o maior colégio eleitoral dos pais.

A falta de empreendedorismo da burguesia cafeeira enraíza o Brasil no atraso de um sistema econômico agro-exportador. Enquanto a modernidade e a industrialização seguiam em muitos países, o Brasil, sob o comando de uma classe dominante arcaica e conservadora, encontra-se apático a esse conjunto de transformações. A visão atrasada e preguiçosa dos grupos dirigentes do país deixa-o refém do mercado internacional. A economia brasileira oscilava muito no início do

século passado (período de crise no capitalismo mundial), por depender das condições de consumo das grandes potências industriais aos produtos agrícolas brasileiros. Em outras palavras, quando a economia dos países industrializados ia bem, a do Brasil acompanhava a bonança, caso contrário, acompanhava a crise internacional. O estopim dessa relação é a crise de 1929. Caio Prado Junior em seu “História Econômica do Brasil” ilustra bem essa relação de subordinação econômica

Terminada a guerra, o café terá, graças ao restabelecimento da normalidade na Europa e o grande surto de atividades econômicas que o acompanham, um novo período de prosperidade. O consumo mundial se alarga, os preços sobem. Ocorrerá apenas uma pequena crise, reflexo das dificuldades financeiras que abalam a Europa em 1921. Mas logo depois se restabelece o curso ascendente. A produção é estimulada, para o que concorre, sobretudo, o *boom* financeiro do pós guerra, que se refletirá no Brasil com a intensificação geral de seus negócios [...] o desenlace fatal virá com o craque da bolsa de Nova Iorque em outubro de 1929. O curso do café não resistirá ao abalo sofrido em todo mundo financeiro, e declinará bruscamente de 30%. A queda ainda será depois mais acentuada. Ao mesmo tempo estanca-se o crédito externo e suspende-se o financiamento do café retido [...] o resto da história não será mais que a liquidação da massa falida deixada pela aventura valorizadora. Mas ela entra num quadro muito mais amplo que é o da crise de todo o sistema econômico do Brasil (PRADO JUNIOR, 1994, P. 233/ 235).

A crise de 1929 desajusta a base das oligarquias, principalmente a paulista, que diante de uma economia incerta e crises recorrentes, começa a cobrar cobertura do Governo Federal, que o nega, gerando imenso descontentamento que, segundo Boris Fausto “vai provocar serio desajustes no nível estadual e no nível da federação, entre Julio Prestes, que era presidente de São Paulo e o Presidente Washington Luis” (FAUSTO, 1979, P.128).

Concomitante a esse processo, o Brasil vem timidamente, constituindo um núcleo urbano do qual emergem novos segmentos da sociedade brasileira. Algumas indústrias começam a aparecer nas capitais brasileiras, trazendo consigo uma caótica urbanização “provocada menos pela atratividade da cidade do que pela evasão da população rural.” (RIBEIRO, 1995, P.199). Essa população camponesa expulsa do campo procura nas cidades as incipientes indústrias, que não acolhem a todos. Além disso, as cidades que recebem essa massa de trabalhadores não apresentam infra-estrutura para abrigar tamanho contingente. Ascende nesse processo, uma classe que antes não era tão numerosa no país, a classe operária. Outros segmentos começam a surgir nas cidades, as classes médias e a burguesia industrial

representam os extratos mais abastardos dos centros urbanos. À margem das decisões políticas nacionais, diversos grupos emergentes: alas médias militares, operários, pequenos burgueses, industriais e alas de algumas oligarquias começam a se organizar em sindicatos, partidos ou grupos políticos com intuito de ter maior influência nas decisões políticas nacionais, até então controladas por pouquíssimos senhores de terra.

Funda-se em 1922, o PCB (Partido Comunista Brasileiro); da classe operaria emergente surge o BOC (Bloco Operário e Camponês) manifestando-se ambas as facções através de greves; as elites descontentes lançam, em 1926, o partido democrático, tudo isto denotando que alguns setores da classe media, pequenos proprietários de terras aliados do governo e jovens oficiais do exercito, movimento denominado tenentismo, não mais aceitavam um administração voltada aos interesses dos fazendeiros de café (MOREIRA PINTO, 2001, P.2)

A grave crise econômica, a ascensão desses novos grupos sociais e a efervescência cultural, intelectual e política nas grandes cidades, fazem erigir um clima de tensão na República dos coronéis. Nessa atmosfera, vêm as eleições de 1930. Contudo, a historia desse pleito e o que dele ira suceder-se não pode ser dissociado dos acontecimentos políticos, sociais e econômicos que ocorriam no pequeno Estado da Paraíba.

A década de 1920, como já foi explanada, foi um período de mudanças no Brasil, reflexo de acontecimentos externos que repercutiram no país. A Paraíba não fica de fora desse processo. Nessa década, o pequeno Estado nortista se insere numa inédita temporada de modernização e mudanças que alcançam vários níveis sociais no Estado. Segundo Jose Octavio de Mello:

Enquanto uma economia primária e ate então quase fechada, abria-se, sensivelmente aos estímulos trazidos pela grande guerra - o que vale, sobretudo, pra o algodão-, o sertão saía de seu isolamento, em que avultava o cangaço como braço armado de um "feudalismo bronco e avassalador", para admitir, no declínio das oligarquias que se precipitava, e incontornáveis cisões de seus grupos familiares, a transferência dos centros de decisão para as cidades, onde os bacharéis [...] já não se conformavam em estar a serviço do governo como antes, porque agora pretendiam ser governo (MELLO, 1979, p.168).

Os principais pontos do Estado estavam interligados, havia uma nova e ampliada malha rodoviária e ferroviária. Entretanto, a Paraíba estava sendo desfavorecida economicamente! Pois, eram os pólos comerciais vizinhos que se

beneficiavam com tais mudanças, principalmente o Recife. Campina Grande que representava o fundamental centro comercial do Estado não tinha quase nenhuma relação comercial com a Capital. Fato que Jose Américo analisou, à época:

São 82 quilômetros através da caatinga, até a passagem para o Cariri, que facilitaram o acesso ao sertão. Mas, Campina passou a ser uma cidade social e comercialmente pernambucana, como empório das transações da Praça do Recife com o maior de nossa zona pastoril (Apud, Mello, 1979, p.182).

A dependência regional da Paraíba em relação aos Estados vizinhos refletia na arrecadação tributária do Estado, e essa era uma das primeiras preocupações de João Pessoa ao assumir a presidência da Paraíba. A sua indicação ao cargo foi apresentada por seu tio e chefe da principal oligarquia paraibana, a “epitacista”, e dar-se devido a uma crise administrativa criada por seu antecessor, João Suassuna.

A administração João Pessoa (1928/1930) apresenta dois pontos-chaves: 1) regulamentação das relações sociais e políticas no Estado, em resumo: substituição das chefias municipais (agora eleitos e não mais indicados); desarmamento dos coronéis e proibição de relação destes com o cangaço, além da subordinação da polícia e da justiça às ordens da presidência do Estado. Segundo Jose Octavio de Mello,

Institucionalmente, sua orientação consistia em estabelecer a supremacia do Estado a que os coronéis se deveriam subordinar, com as funções de segurança e arrecadação vedadas a interferências político-partidárias. Nesse sentido, a orientação pessoista foi coerente. Arrecadação, segurança, obras públicas, crédito bancário, justiça e administração municipal foram recapturadas ao coronelato e transferidas ao interior do Estado (MELLO, 1995, p.173);

2) o controle dos tributos através da concentração do comércio na capital era outro ponto fundamental da administração pessoista, traduzindo-se no fortalecimento do comércio do interior do Estado com o porto de Cabedelo, desviando as transações comerciais com o porto de Recife, que monopolizava o comércio da Paraíba. João Pessoa decidiu aplicação de imposto aos produtos que “saíam” pelo interior do Estado, muito superior ao pago caso fossem comercializados via Cabedelo. Desta forma, os comerciantes das cidades interioranas da Paraíba que vendiam e compravam produtos através, principalmente, das fronteiras pernambucanas pagavam impostos altíssimos. Esta política de valorização do comércio na capital e fim das facilidades de distribuição de produtos com os Estados vizinhos fica conhecida por “reforma tributária”. A reação a essa política foi imediata. Os comerciantes do

interior da Paraíba e dos Estados próximos, que sempre lucraram e exploraram o Estado paraibano, não aceitaram a reforma imposta por João Pessoa. Postos fiscais foram instalados nas fronteiras da Paraíba, e “João Porteira” foi à alcunha recebida pelo presidente paraibano.

A associação comercial de Fortaleza que controlava a produção paraibana do alto sertão subscreveu moção de repúdio, e sua congênere de Pernambuco levantou a possibilidade de intervenção federal na Paraíba. Os protestos mais veementes partiram do Recife onde o grupo mercantil dos Pessoa de Queiroz contestou a orientação pessoista[...] dispunham de jornal de longa circulação - o Jornal do Comercio do Recife - que taxou o governo de *cupim tributário*. A União respondeu no mesmo tom. (MELLO, 1995, P.173/174).

Essa polêmica entre os Pessoa de Queiroz e João Pessoa torna-se muito acirrada, pois além da questão comercial, também envolvia laços familiares. Os donos do Jornal do Comércio eram primos do dirigente paraibano e ambos sobrinhos de Epitácio Pessoa. Os pernambucanos se sentiam desprestigiados pelo tio, o que suscitava mais ódio. Essa disputa fica conhecida por “guerra tributaria” e é marcada por acusações e difamações através de colunas e artigos publicados no Jornal do Comércio do Recife e jornal A União da Paraíba.

É interessante perceber que mesmo sendo um governo de origem oligárquica, João Pessoa emplaca políticas que refletem negativamente sobre o “epitacismo”, que representava os interesses das elites paraibanas. Esta situação de incômodo criada nas bases do poder paraibano faz com que, mesmo distante, Epitácio Pessoa, através de cartas, recomende cautela ao sobrinho. Contudo, João Pessoa segue suas reformas e ataque ao coronelismo. Estrategicamente, como forma de sustentação, reformula suas alianças e procura novos apoios. Recorre então aos ascendentes grupos urbanos, ligando-se diretamente aos funcionários públicos e comerciantes, além das mulheres e dos estudantes, sua nova base de apoio.

As eleições nacionais se aproximam e a “política do café com leite” chega ao fim. As articulações internas da oligarquia paulista decidem que o sucessor do Presidente Washington Luis não seria o mineiro Antonio Carlos de Andrada, como estava acordado. Julio Prestes, Presidente de São Paulo era a nova opção. O fato representa o fim desse sistema de poder que sustentou a República por décadas. A consequência direta disto é a criação de uma oposição articulada pelos mineiros. As oligarquias deste Estado unem-se às lideranças gaúchas, que há tempos reivindicavam mais espaços nas decisões políticas nacionais, forma-se então o

“núcleo duro” da Aliança Liberal, que representará oposição à candidatura de Julio Prestes.

A Aliança Liberal apresenta como candidato a sucessão o Presidente do Rio Grande do Sul e ex-Ministro da Fazenda, Getulio Vargas. O governador de Pernambuco, Estácio Coimbra é convidado para compor a chapa, porém recusa o convite, uma vez que, já estava articulado com o Catete. A Aliança recorre então a Eptácio Pessoa, que concorda com a indicação de seu sobrinho João Pessoa, para composição da chapa. Em 29 de julho de 1929, o Presidente da Paraíba sela o seu destino e de seu Estado ao responder a consulta de apoio à candidatura de Julio Prestes, através de carta remetida ao Sr. Tavares Cavalcanti, articulador da campanha situacionista,

Reunido o diretório do partido, sob minha presidência política, resolveu unanimemente não apoiar a candidatura do eminente Sr. Julio Prestes à sucessão presidencial da republica. Peço comunicar esta solução ao líder da maioria, em resposta a sua consulta sobre atitude da Paraíba. Queria transmitir aos demais membros da bancada esta deliberação do partido, que conto todos apoiarão com a solidariedade sempre assegurada. Saudações (Apud, VIDAL, 1978, P.50).

É importante salientar por que a Paraíba é convidada e o que leva o Estado a aceitar o convite de composição da chapa Liberal.

Era grande a insatisfação dos pequenos Estados, principalmente, os do norte. Um dos principais motivos, segundo Boris Fausto (1979), era a questão tributária, já que os Estados com menor potencial de exportação viviam em dificuldades pela baixa receita arrecadada em tributos. Uma reforma tributária era há tempos reclamada pelos Estados com menor potencial econômico, e os nordestinos, eram os mais veementes nessa reivindicação, contudo suas exigências eram sempre bloqueadas pelo poder central. O descontentamento das oligarquias com menor poder político e econômico é a essência da Aliança Liberal e assim, a composição da chapa com um representante do Nordeste, que há tempos clamava maior preponderância nas decisões políticas e econômicas do país, era muitíssimo interessante para a aglutinação de forças. A Paraíba, então, devido a forte influencia de Eptácio Pessoa na política nacional, tem, de acordo com Boris Fausto (1979), maiores condições de compor uma Chapa oposicionista, formada por grandes e pequenos Estados. Daí a convocação de João Pessoa para acompanhar Getulio Vargas nessa campanha.

Parece claro que a grande figura que empurra a Paraíba, incentivando o ingresso dela e de João Pessoa na Aliança Liberal, foi

Epitácio, que ofereceu ai uma espécie de aval, o que é explicável, porque Epitácio era uma figura que tinha prestígio nacional para entrar numa aliança de oposição (FAUSTO, 1979, P.144).

Representar oposição a esse Estado Nacional que deteriora os pequenos Estados é a grande justificativa dada por João Pessoa ao comentar o processo de aliança com mineiros e gaúchos. A posição da pequenina Paraíba, diante dos gigantes da política nacional, representava um significado a Aliança Liberal, pela primeira vez um Estado que sempre se curvou diante do poder central, agora se rebelava em busca de autonomia “A Paraíba erguia-se de corpo inteiro, dizimada pela pobreza, mas muito orgulhosa de suas tradições, moralmente forte”. (VIDAL, 1978, P.53).

Por trás de todo esse discurso de tradição e orgulho, de significações e símbolos, o que realmente a Aliança Liberal representava era um grupo de pressão em busca de maior representatividade dentro do sistema. Os líderes dessa oposição compunham o próprio aparelho político que contestavam. Getúlio Vargas, Antonio Carlos de Andrada e Epitácio Pessoa, sempre foram aliados diretos das oligarquias paulistas, compondo governos e até exercendo o cargo de chefe do executivo, caso de Epitácio. Assim, não eram mudanças estruturais o real motivo da oposição, mas, a tentativa de maior preponderância dentro do Estado oligárquico vigente, queriam os representantes da Aliança Liberal, participação maior no poder central. A oposição forte e aguerrida dos discursos não se repetia nos bastidores, à conciliação era o maior desejo das elites, isto fica claro em trechos de cartas remetidas por Getúlio Vargas ao então Presidente da República Washington Luis, como esta datada em 29/07/1929,

Não aceitei meu nome pelo Estado de Minas como candidatura de combate, que não desejo, que nenhum bom brasileiro pudera desejar, sobretudo nesse momento quando tudo recomenda política de completo apaziguamento, qual dependerá em última análise do próprio êxito de programa governamental de V.E_{xa}. [...] eis como justifico parte final minha carta onde assevero que meu nome não constituirá obstáculo para escolha pacífica do sucessor de V.E_{xa}. (Apud, GUIMARAES et al.1982, p116/117).

A intransigência de Washington Luis e a confirmação de Julio Prestes como candidato a presidência da República – saída encontrada pelos paulistas para o prolongamento da defesa dos interesses de suas oligarquias – fortalece a Aliança Liberal, que recebe a adesão do PD (Partido Democrático) e de outros grupos sociais

em ascensão trechos do “Manifesto da Aliança Liberal” datado em 20 de setembro de 1929 enfatiza essa questão.

O episódio de hoje é inédito nos anais de nossa história [...] teve o presidente da República em suas mãos, por duas vezes, a possibilidade de harmonizar a política nacional [...] apressamo-nos em levar diretamente a S. Ex.^a as seguranças de que nossos candidatos não seriam obstáculos à pacificação: um e outro desistiriam da apresentação dos seus nomes, contando que o nome a ser escolhido reunisse a confiança de todas as correntes partidárias. [...] no caso, éramos nós que assumíamos atitude calma, desapassionada, superior e imparcial que corresponde a um chefe de Nação [...] Negando-se a aceder aos nossos propósitos conciliatórios, era S. Ex.^a mesmo quem ostensivamente se colocava na posição de chefe de partido. Em vez de chefe da Nação, chefe de fração (Apud, CHACON, 1985, P.315).

Essa querela em relação à sucessão presidencial afeta as relações entre o Catete e os Estados, repercutindo principalmente naqueles que representavam oposição direta ao poder central. Na Paraíba a reação federal foi imediata à confirmação de apoio de João Pessoa a Aliança Liberal. O episódio do “nego” desencadeou as retaliações: funcionários federais são substituídos com o fim de prejudicar a administração estadual; o governo federal cobra dívida antiga do Estado com o Banco do Brasil; muitas das obras contra as secas são paralisadas por ordem de Washington Luís. A administração local se encontrava desprestigiada dentro do próprio Estado. O desencontro entre governo federal e estadual era explícito, representando desconforto ao povo paraibano que não tinha envolvimento direto nesse embate por poder entre elites, mas mesmo assim e como sempre, era o segmento mais prejudicado nessa disputa.

Nessa conjuntura e as vésperas das eleições de 1930 a cúpula do PRP, na Paraíba, se reúne em convenção para compor a chapa a concorrer aos cargos de Senador e Deputado Federal: a palavra de ordem era “renovação”. Assim, foram preteridos nomes como os de João Suassuna, Flávio Ribeiro Coutinho e outros coronéis do interior paraibano. No entanto, João Pessoa não abre mão da candidatura de seu primo, amigo e coronel de Umbuzeiro, Carlos Pessoa. Este fato representa a ruptura formal dos coronéis do sertão paraibano com a administração estadual. Este rompimento é simbolicamente marcado por um telegrama remetido por José Pereira, chefe político de Princesa Isabel a João Pessoa, poucas horas depois de recebê-lo em seu município.

O coronel de Princesa era a maior liderança do sertão da Paraíba. Grande latifundiário tinha no comércio de algodão com o Estado de Pernambuco, sua grande

fonte de riqueza. As relações com a presidência do Estado já não vinham bem desde o início da “Reforma Tributaria”, instituída por João Pessoa, e o desfavorecimento de antigos chefes políticos da oligarquia “epitacista”, na composição da chapa a concorrer nas eleições nacionais, foi o pretexto perfeito para se romper as relações formalmente. Essa disputa entre o grupo pessoista e os correligionários de Jose Pereira eclode na luta armada de Princesa.

A “Revolta de Princesa”, como ficou conhecido o levante, teve início em 1º de Março de 1930, justamente no dia das eleições nacionais. Sob o comando do coronel Jose Pereira, um contingente de cerca de dois mil homens armados, partem da serra de Teixeira, no Sertão da Paraíba, em combate a batalhões da Polícia Militar do Estado. Em 09 de junho de 1930 é decretado o território livre de Princesa por decreto lei assinado por líderes locais. A cidade sertaneja declarava-se independente do Estado da Paraíba, mas, ainda subordinado politicamente aos poderes públicos federais, apresentava a partir de então hino, bandeira, jornal – O Jornal de Princesa – e moeda própria. O objetivo do levante sertanejo era, através dos conflitos no interior, confundir ainda mais o momento político local, criando um clima insustentável na Paraíba e provocando conseqüentemente uma intervenção Federal no Estado. Essa posição extremada resultaria no afastamento de João Pessoa da presidência e a reforma tributaria seria extinta. No entanto, a postura de Washington Luis em relação à Princesa, segundo Jose Octavio de Mello, era ambígua, pois, “O governo federal simpatizava com a rebelião, mas o presidente que se recusava a apoiar o governo instituído de João Pessoa, proclamava que se o depusessem recorreria ao Exército para repô-lo no poder” (MELLO, 1995, P.178).

A situação política na Paraíba encontrava-se cada vez mais complicada. O levante de Princesa e os desencontros entre as autoridades locais e federais era pano de fundo a contagem dos votos. No Estado, as urnas apontam vitória para a Aliança Liberal. Em contrapartida, os candidatos ao Senado e a Câmara de Deputados da composição Liberal são derrotados. Em âmbito nacional é confirmada a vitória da situação e Julio Prestes é eleito Presidente do Brasil. Entretanto, o resultado é contestado e uma reação armada começa a ser aventada país a fora.

O ódio e o ressentimento crescem ainda mais entre as oligarquias envolvidas no pleito. Na Paraíba, João Pessoa inicia um processo de apreensão de armas que porventura pudessem ser utilizadas contra o Estado. Tratava-se de pretexto para invadir e violar casas e escritórios de seus adversários políticos. Numa dessas ações é invadido o escritório do jornalista e advogado sertanejo, João Dantas,

filho de Franklin Dantas, chefe da oligarquia de Teixeira e base de apoio de Jose Pereira. Dantas não aceitou tal violência e através de artigos publicados no Jornal do Comércio do Recife, desferiu violenta critica a João Pessoa e Família. Como revide o jornal A União inicia uma série de reportagens contra a família Dantas. Sobre as seguidas reportagens de A União,

Essas continham acusações contra os Dantas e opositoristas. A do dia vinte e cinco foi a mais contundente. Nela os Dantas eram considerados responsáveis pela apropriação de verbas federais. Pela ótica da correspondência então divulgada, isso causava divergências nas hostes opositoristas onde cada chefe procurava apropriar-se de um quinhão dos recursos públicos (MELLO, 1995, P.180).

Esse embate entre João Pessoa e a família Dantas não poderia ter epílogo mais trágico. Em 26 de julho de 1930 o Presidente paraibano encontrava-se no Recife, em visita a líderes liberais pernambucanos. Dantas enfurecido pelas últimas notícias publicadas no jornal A União, vai a seu encontro. Ao por do sol daquele dia, numa confeitaria no centro da capital pernambucana, o Presidente é baleado e morto por um homem que ele sequer conhecia pessoalmente: João Dantas, que cumpria ameaça feita há poucos meses.

A noticia da morte de João Pessoa chega a capital paraibana, às 18 horas do dia 26 de julho de 1930, via telegrama. A noticia logo se espalha pelos Estados: “Com imensa tristeza comunico: Presidente João Pessoa acaba de ser assassinado. Confeitaria Gloria. Sinceros pêsames - Estigarribia” (Apud, VIDAL, 1978, p. 305). Núcleos revolucionários dão uma significação social e política à tragédia. Acusam o palácio do catete de envolvimento no assassinio, e o “sacrifício” do paraibano vira bandeira de luta, “Viva João Pessoa!”, “Viva a Revolução!” eram as palavras de ordem por todo o país. Depois de inflamados discursos em velório na capital da Paraíba, o corpo de João Pessoa segue em direção ao Rio de Janeiro, por via terrestre, parando em várias cidades e em cada uma delas incitava dor e revolta. Chegando a Capital Federal, o cadáver, do agora mártir João Pessoa é recebido por imensa multidão. O levante armado já era inevitável. Ironicamente o homem que não era a favor dessa ação extremada, chegando a afirmar preferir dez Julio Prestes a uma Revolução, tem em sua morte o estopim para a deflagração do movimento armado.

Os dias seguintes ao sepultamento de João Pessoa foram de muita convulsão. As cidades se encontravam em estado de guerra. Passeata,

discursos, policia na rua e incêndios eram recorrentes nesse período. O movimento crescia, com o apoio da população aderindo às idéias revolucionárias. Na Paraíba o clima era o mais tenso em todo o nordeste.

Os setenta dias que transcorreram entre a morte de João Pessoa e a Revolução de 30 constituíram um dos períodos mais dramáticos da historia da Paraíba. Como passeatas, discursos e boletins exaltados se sucedessem, o Exército tentou intervir, o que aumentou a tensão. As autoridades federais reagiram, transferindo a sede da região militar e contingentes de todo nordeste para a Paraíba, mas os soldados que foram ocupar Princesa cruzaram a divisa com Pernambuco dando vivas a João Pessoa. (MELLO, 1995, P.182).

A Paraíba no início de outubro encontrava-se tomada por forças contra-revolucionarias. Forças federais de vários Estados nordestinos distribuía-se estrategicamente pelo interior do Estado. Contudo, a imprensa, a policia militar e principalmente a população eram apoio aos revolucionários, que sob a chefia do capitão do exercito Juarez Távora, ganham força no Estado. Na madrugada do dia 04 daquele mês o 22º B.C de Cruz das Armas é tomado pelo revoltosos, acompanhando o levante que irrompeu no dia anterior em Porto Alegre. Essa vitória, no Estado de João Pessoa, foi essencial para o movimento, pois foi a Paraíba que desencadeou o levante no nordeste. No amanhecer daquele, os jornais anunciavam o triunfo, a noticia se espalha pela região e daqui os revolucionários seguem vitoriosos por todas as capitais nordestinas até a capital federal, quando se encontram com a frente do Sul.

Em 24 de outubro de 1930, o presidente Washington Luis é deposto sendo instituído um governo provisório, sob a liderança de Getulio Vargas, que “assumiu provisoriamente o governo da república como delegado da Revolução, em nome do Exército, da Marinha e do Povo”. (MOREIRA PINTO, 2001, p. 8). Após três meses da morte de João Pessoa, vence o movimento armado e a insurreição põe fim à “Republica Velha”.

Partindo do conceito de Revolução como um movimento que representa mudanças profundas nas estruturas sociais, políticas e econômicas, o levante armado de 1930 não pode ser adequada a esse julgamento. “Do ponto de vista histórico, 1930 foi um movimento insurrecional, uma insurreição. Agora, esse caráter de revolução com erre maiúsculo, não temos. 30 pode ser quando muito, no Brasil, uma revolução com erre minúsculo”. (QUINTAS,1979,p.298). Pois, não representou inversão no sistema político, social e econômico no Brasil. Evidente que

seria leviano afirmar que não houve avanços, a partir dos anos 30, o voto secreto representa isto. No entanto, o atendimento mínimo, por parte das elites, as reivindicações das camadas médias e populares, não compensa a preterição a sua participação direta nas decisões políticas nacionais, sempre restritas às classes dominantes, que agora recebem de braços abertos seus confrades urbanos. A famosa frase de um dos articuladores do movimento de 1930, Antonio Carlos de Andrada “façamos à revolução antes que o povo a faça” (Apud, QUINTAS, 1979, p.283) ilustra perfeitamente essa questão, caracterizando o levante de 1930 como mais um golpe da burguesia brasileira. Pois, novamente as camadas oprimidas participam de um processo de mudança de realidade, que posteriormente não vem em seu benefício.

REFERÊNCIAS

- CHACON, Vamireh. **Historia dos partidos brasileiros:** discurso e práxis de seus programas. Brasília: Editora Universitária de Brasília, 2ª edição, 1985.
- FAUSTO, Boris. Transformações econômicas e sociais e revolução de 30 no Brasil. IN: **João Pessoa, a Paraíba e a Revolução de 30:** exposições e debates / do II SPCB. João Pessoa: Editora A União, 1979. p.121-159.
- GUIMARAES, Manoel Luiz Lima Salgado; SA, Paulo Sergio Moraes de; MOURA ESTEVAO, Sílvia Ninita de; DA ASCENÇÃO, Vera Lucia. **A Revolução de 30: textos e documentos.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.
- MELLO, Jose Octavio de Arruda. A Paraíba e a Década de Vinte. IN: **João Pessoa, a Paraíba e a Revolução de 30:** exposições e debates / do II SPCB. João Pessoa: Editora A União, 1979. p.163-214.
- MELLO, Jose Octavio de Arruda. **Historia da Paraíba:** lutas e resistências. 2ª ed. - João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 1995.
- MOREIRA PINTO, Mônica Cristina. A Revolução de 1930 - Vitória Banhada em Sangue. **Revista Persona**, Argentina, n.2, 2001. Disponível em: < www.revistapersona.ar > Acesso: 28/05/2008.
- PRADO JUNIOR, Caio. **Historia Econômica do Brasil.** 41 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

QUINTAS, Amaro. O Problema da conceituação na Revolução de 30. IN: **João Pessoa, a Paraíba e a Revolução de 30**: exposições e debates do II SPCB. João Pessoa: Editora A União, 1979. p.273-307.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil** São Paulo: Companhia da Letras, 1995.

VIDAL, Ademar. **João Pessoa e a Revolução de 30**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.